



São Paulo, 15 de dezembro de 2011

A Solução Multilateral para o Desalinhamento Cambial na Década de 80 e o Paralelo com o Contexto Atual

Introdução

O desalinhamento atual entre as moedas dos principais países, responsável por desequilíbrios econômicos e comerciais ao redor do globo (gigantes superávits em nações asiáticas e déficits em bens manufaturados em países como EUA e Brasil), apresenta características análogas as da década de 80.

A desregulamentação financeira observada à época, a prática de *carry trade* e o consequente diferencial competitivo do setor industrial dos países nos anos 80 foi solucionado por meio de um acordo multilateral no âmbito do G-5. Este acordo, denominado **Acordo de Plaza (1985)** é o exemplo de iniciativa que pode trazer elementos importantes para a discussão atual.

Contexto Histórico do Acordo de Plaza

No início dos anos 80, com a chegada ao poder do presidente Ronald Reagan, os Estados Unidos passaram a implementar uma política econômica de corte liberalizante, conhecida como a era Paul Volcker a frente do *Federal Reserve Bank* (FED). A elevação da taxa básica de juros da economia e o forte aperto monetário tiveram como principal efeito uma pesada apreciação do dólar.

Os resultados obtidos pelas políticas praticadas no primeiro mandato de Reagan (1980-1984) foram bastante negativos para o mundo e para os EUA. Em 1987, o déficit na Balança Comercial (BC) norte-americana atingiu 3,4% do PIB, e a perda de competitividade gerou perda de dois milhões de empregos manufatureiros entre 1980 e 1985¹. A participação dos importados na produção total de manufaturas dos EUA saiu de 21,0% em 1981 para 34,0% em 1986².

As pressões por uma reversão na política econômica começaram em 1985 quando a câmara aprovou a legislação³ que imporia 25,0% de sobretaxa de importação para países com grande superávit comercial com os EUA, entre eles Brasil, Coreia do Sul, Taiwan e, principalmente o Japão. Entretanto, a legislação não foi aprovada pelo Senado.

1 Economic Policy Institute. Policy Memorandum, nº 164, Abril de 2010.

2 RANDALL HENNING, C & DESTLER, I. M. From Neglect to Activism: American Politics and the 1985 Plaza Accord. *Journal of Public Policy*: 1988.

3 The Rostenkowski-Gephardt-Bentsen Trade Act.

Enfrentando forte pressão política, somado a problemas de especulação de moedas no mercado financeiro, o segundo mandato de Reagan (1984-1989) foi caracterizado por alterações drásticas na política econômica. A solução foi a busca por uma solução multilateral para os desequilíbrios cambiais entre os países do G5, que culminou no Acorde de Plaza, de 22 de setembro de 1985.

Linhas Gerais do Acordo de Plaza

O Acordo de Plaza foi, portanto, uma negociação entre os governos do G-5 (EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido e França) para estabelecer coordenação multilateral a fim de reduzir as crescentes pressões protecionistas que poderiam levar a uma retaliação mutuamente destrutiva, com graves danos para a economia mundial.

A situação foi motivada pelos desequilíbrios nos balanços de diversos países, excessiva especulação no mercado de moedas, pressões protecionistas nos EUA e ameaça de medidas unilaterais. O principal ponto do acordo era a proposta de realinhamento entre as principais moedas do mundo e tinha como pano de fundo o desaquecimento da economia dos EUA com a perda de competitividade de sua indústria.

As Intenções do Acordo

Compromissos internacionais e individuais: os países empenharam-se com obrigações internacionais, além de compartilharem responsabilidades especiais para garantir a reciprocidade das suas políticas individuais.

Crescimento não inflacionário e abertura comercial: os Ministros das Finanças comprometeram-se com políticas que promovessem crescimentos econômicos sem elevações de preços e com a abertura dos mercados, considerados fator-chave para assegurar a expansão contínua e equilibrada do comércio.

Reversão dos déficits no orçamento: em países com elevados déficits orçamentários, como os EUA, medidas imediatas foram adotadas para sua substancial redução.

Resistência ao protecionismo: Ministros e Bancos Centrais dos governos acordaram que era essencial resistir às pressões protecionistas. Foi reconhecida a importância de fornecer acesso aos seus mercados para as exportações dos países menos desenvolvidos, como uma razão adicional importante para evitar políticas protecionistas.

Reforma financeira: Reafirmação da Declaração de Bonn (maio de 1985), que previa o crescimento sustentado do comércio, taxas de juros mais baixas, mercados abertos e financiamento em volume e condições adequadas a cada caso, medidas essenciais para os países em desenvolvimento alcançarem um crescimento sólido e superar as suas dificuldades econômicas e financeiras.

Monitoramento: os países comprometeram-se a monitorar o progresso para alcançar a expansão sustentada não inflacionária e intensificar os esforços individuais e de cooperação para lograr os objetivos do acordo.

Os Resultados do Acordo

A conjuntura se modificou sobremaneira após o Acordo de Plaza. O dólar perdeu cerca de 30,0% de seu valor entre 1985 e 1988, enquanto a moeda japonesa valorizou-se em 41,4%, a Libra 14,4%, o Marco Alemão 5,2% e o Franco 1,2%.

Do ponto de vista do comércio internacional, a balança comercial norte-americana que em 1987 apresentou déficit de US\$ 152,0 bilhões fechou o ano de 1991 com déficit 79,0% menor, de US\$ 31,0 bilhões⁴.

Paralelos entre o Contexto do Acordo de Plaza e o Momento Atual

1. Ameaça de protecionismo unilateral: em meados da década de 80 o mundo era ameaçado pela possibilidade de adoção de medidas protecionistas pelos EUA, como o *the Rostenkowski-Gephardt-Bentsen Trade Act*, que previa sobretaxar importações de países com grandes superávits com os EUA, como Japão, Brasil, Coreia do Sul e Taiwan.

Atualmente, está sendo discutida no Senado norte-americano a *Currency Reform for Fair Trade Act*, que prevê a retaliação comercial dos EUA a países que praticam manipulação de suas moedas para obter vantagens comerciais.

2. Manipulação cambial: a sobrevalorização da moeda americana e a subvalorização em outros países, principalmente no Japão, era apontada como causador da queda de empregos nos EUA e da perda de competitividade da indústria norte-americana, causando reações políticas internas.

Tal qual na década de 80, assistimos desde meados dos anos 2000 as distorções causadas no comércio internacional por conta de políticas de desvalorização artificial de moedas. Este é o caso, principalmente, da China e dos países asiáticos na esfera de poder chinês, como: Malásia, Vietnã, Hong Kong, Cingapura e Taiwan⁵.

Atualmente, outros países sofrem com a política cambial chinesa e com as políticas monetárias expansionistas dos EUA. A competitividade industrial de países emergentes como Brasil e México tem sido deteriorada ao passo que o mundo desenvolvido se desacelera e os asiáticos buscam novos mercados. A situação tem disseminado a adoção de controle de capitais ao redor do mundo como no Brasil, Suíça, África do Sul, Turquia, Peru, entre outros.

3. Solução multilateral: a solução unilateral foi abandonada na década de 80 e substituída pelo comprometimento dos EUA e de outras potências econômicas em coordenar suas políticas no âmbito multilateral, acordado no fórum do G5, do qual resultaria o Acordo de Plaza (1985).

4 Dados do Banco Mundial (World dataBank)

5 Economic Policy Institute. Policy Memorandum, nº 164, Abril de 2010.

A resolução das anomalias causadas pela subvalorização cambial chinesa só teria condições de ser resolvida no âmbito multilateral, a partir de uma rodada onde se discutisse estritamente os efeitos negativos causados no comércio internacional e, sobretudo, aos países em desenvolvimento. Por isso, atualmente eclodem opiniões para solução dos desalinhamentos cambiais na OMC, FMI e no G-20.

A coordenação atual parece mais desafiadora do que na década de 80, em especial pela crise europeia, aumento do poder da China e do número de países membros nos Fóruns internacionais.

EQUIPE TÉCNICA

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP

Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior – DEREK

Diretor Titular: Roberto Giannetti da Fonseca

Gerente: Frederico Arana Meira

Área de Análise Econômica do Comércio Exterior

Coordenador: Fabrício Sardelli Panzini

Equipe: Paula Bolonha, Wellington Freire, Paulo Vitor Lira, Laura Gonçalves.

Endereço: Av. Paulista, 1313, 4º andar – São Paulo/SP – 01311-923

Telefones: (11) 3549-4234 Fax: (11) 3549-4730.
